

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA 12/2022**
**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVE, INSTITUÍDO PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 180 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.**


Aos 16 dias do mês de dezembro de 2022, às 14:00 horas, na sede do IPREVE reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos para reunião ordinária do mês de novembro, o Presidente do Comitê de Investimentos Sr. Edivaldo Navarro Cachoeira, e os membros Juliane da Silva Magalhães e Lucas Scagliusi Miguel. Iniciou-se a reunião com a leitura do relatório de investimentos do mês de novembro de 2022. O Instituto de Previdência possui o patrimônio aplicado no mês de novembro no valor de R\$ 57.259.586,64 (Cinquenta e sete milhões duzentos e cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), segmentados da seguinte forma, 34,95% em Títulos Públicos, 56,19% em Fundos de Renda Fixa, 4,19% em Fundos de Renda Variável, 1,22% em Fundos de Investimentos no Exterior, 2,70% em Fundos Multimercado e 0,76% em conta corrente. A rentabilidade da carteira no mês de novembro foi de 0,30% equivalente a R\$ 175.538,87 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos). A meta até o mês de novembro ficou em 9,90% contra 7,32% da carteira no ano. Os indicadores do mês: INPC 0,38%, CDI 1,02%, IRF-M 0,94, IMA-B -0,79% e IBOVESPA -3,06%. As aplicações do mês de novembro somam o montante de R\$ 1.845.653,16 (um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos) e ocorreram em Fundos de Renda fixa do Banco do Brasil e do fundos da Caixa Econômica Federal. Na sequência foi analisada a Política de Investimentos de 2023 e na qual ficou definido os seguintes percentuais de investimentos para o próximo ano abaixo indicados. A Resolução CMN nº 4.963 de 2021, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados. Diante das características de suas obrigações, seus objetivos, seu NÍVEL I do Pró-Gestão, o grau de maturação e o cenário macroeconômico, a Política de Investimentos define os seguintes limites para os investimentos:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - NÍVEL I	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7 - SEGMENTO DE RENDA FIXA			83,0%	
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	30,0%	100,0%
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	30,5%	100,0%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	0,5%	100,0%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	65,0%	0,0%	10,0%	65,0%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	65,0%	0,0%	0,5%	65,0%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. BANCÁRIAS	20,0%	0,0%	2,0%	20,0%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	5,0%	0,0%	2,5%	5,0%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 8 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			8,5%	
I - FI AÇÕES	35,0%	0,0%	7,0%	35,0%
II - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	35,0%	0,0%	1,5%	35,0%
ARTIGO 9 - SEGMENTO DE INVEST. NO EXTERIOR			5,0%	
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	10,0%	0,0%	1,0%	10,0%
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10,0%	0,0%	2,0%	10,0%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10,0%	0,0%	2,0%	10,0%

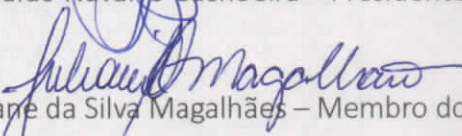
ARTIGO 10 - SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS			3,0%	
I - FI MULTIMERCADO - ABERTO	10,0%	0,0%	4,0%	10,0%
II - FI EM PARTICIPAÇÕES	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
III - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 11 - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS			0,5%	
FI IMOBILIÁRIOS	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 12 - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,0%	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - NÍVEL I	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
TOTAL			100,0%	

Conforme o cenário e a recomendação da SMI Consultoria. A seguir seguem detalhes referentes ao cenário macro econômico da SMI Consultoria de Investimentos. O mês de novembro foi negativo para o mercado brasileiro, principalmente devido as estratégias propostas pela equipe de transição do próximo governo e elevação do risco fiscal. Ainda que repercutissem assuntos sobre covid na China e guerra ucraniana na Europa, as bolsas globais tiveram resultados positivos, que foram respaldados com a postura da política monetária nos Estados Unidos. No país norte-americano, notícias referentes à questão monetária trouxeram alívio para o mercado global. O Livro Bege, ferramenta que embasa decisões do Fed, mostrou que houve uma estabilidade na atividade econômica em algumas regiões e, em outras, uma ligeira elevação, mas com associação de efeitos inflacionários. Apesar da necessidade de manter a taxa de juros elevada por um período prolongado, a declaração do Jerome Powell, presidente do Fed, confirmou as expectativas de mercado sobre a redução de ritmo de elevação de juros. A projeção é de que na próxima reunião dos membros do Fed, predomine a elevação em 0,5 ponto percentual nos juros. Na China, a permanência dos bloqueios impostos pela política de covid zero e os novos aumentos no número de casos registrados, são informações que preocuparam o mercado global. A repercussão das restrições trouxe a leitura abaixo das expectativas para a produção industrial e vendas no varejo. As perspectivas para a economia chinesa se deterioraram, à medida que surgiram novos fechamentos em cidades importantes para as cadeias de produção. No Brasil, o foco de preocupação no mês se destinou para o risco fiscal e as incertezas sobre a condução das contas públicas de 2023. As principais pautas discutidas foram a nomeação de equipe econômica do próximo governo, a qual terminou o mês ainda indefinida, e as características incluídas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Transição. A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, entregou um texto base sobre uma PEC, em que constava medidas para garantir promessas de campanha. A quantia de recursos exigida para cumprir a proposta era de até R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos por tempo indeterminado. A transição de governo se comprometeu com a continuidade dos R\$ 600 do Auxílio-Brasil, ajuste do salário-mínimo real, correção da tabela de Imposto de Renda e programas essenciais de infraestrutura. A PEC foi enviada para o Congresso, mas no decorrer de novembro, ocorreram alternativas mais realistas para o orçamento do governo no próximo ano, com viabilidade de até R\$ 80 bilhões fora do teto de gastos. Ainda no ambiente de propostas, o senador Serra protocolou uma PEC que substituiria o teto de gastos por um novo regime fiscal denominada limite de endividamento. Ao avaliar a situação da atividade econômica, os indícios de enfraquecimento começaram a surgir, dado os efeitos defasados de uma taxa Selic elevada. Esse fenômeno foi mostrado pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) que cresceu 0,05% em setembro frente a agosto, abaixo dos 0,3% esperados pelo mercado. O Monitor do PIB-FGV apontou um crescimento de 0,4% na atividade econômica no terceiro trimestre em comparação ao segundo e em análise mensal, a economia retraiu 0,4% em setembro em relação a agosto. Ainda que estivesse em vigor a transferência direta de renda à população, esse estímulo fiscal que disponibiliza bons resultados em setores de serviços e varejo, em termos de dominância, o lado monetário começou a prevalecer sobre o lado fiscal. A

inflação mais duradoura e os possíveis ajustes desordenados nos mercados financeiros globais ao novo ambiente de altas taxas de juros também continuaram sendo fatores de risco importantes. Assim, o mercado financeiro no Brasil teve um pior desempenho em novembro. Tanto a renda variável quanto a fixa foram prejudicadas, principalmente pelas incertezas produzidas pela transição de governo. Assim, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, caiu 3,06% no mês, enquanto os principais índices de renda fixa também registraram quedas. A próxima reunião foi confirmada para o dia 20 de dezembro de 2022 no mesmo horário. Sem mais a tratar segue ata assinada pelos presentes para aprovação do Conselho Fiscal.



Edivaldo Navarro Cachoeira – Presidente do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 443



Juliane da Silva Magalhães – Membro do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 4732



Lucas Scagliusi Miguel – Membro do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 4733



IPREVE

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
BARRA VELHA**

Barra Velha, 14 de dezembro de 2022.

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Comitê de Investimentos do IPREVE convoca os membros do Comitê para reunião ordinária, a ser realizada no dia 16/12/2022 às 15 horas, na sede administrativa do IPREVE, com a seguinte **PAUTA**:

PAUTA

- 1) Leitura e análise do Relatório de Investimentos do mês de novembro de 2022.

Atenciosamente

Edivaldo Navarro Cachoeira
Presidente do Comitê de Investimentos





IPREVE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Barra Velha, 16 de dezembro de 2022.

Lista de presença do Comitê de Investimentos na Reunião ordinária do dia 16 de dezembro de 2022, realizada nas dependências do IPREVE às 15 horas.

Edivaldo Navarro Cachoeira (Presidente):

Juliane da Silva Magalhães (Membro):

Lucas Scagliusi Miguel (Membro):

